

# MOVIMENTO OPERÁRIO E LUTA PELA TERRA EM PERNAMBUCO (ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL)\*

Clemilda Maria de O. de Sousa \*\*

## INTRODUÇÃO

Este artigo inspirou-se em um trabalho nosso que trata das lutas sociais no campo em Pernambuco, e que tomou como base a trajetória do movimento operário e popular na Zona da Mata de Pernambuco, no período entre 1955 e 1964, procurando compreender o sentido da luta travada na época, em prol da reforma agrária e da democratização da propriedade da terra.<sup>1</sup> A questão central, que resumiria nossas preocupações mais gerais e permearia, diríamos, todo o trabalho, é a seguinte: *admitindo que a expansão das forças produtivas do capital, verificada na agricultura brasileira a partir de meados dos anos cinquenta, provocou grandes transformações na agroindústria açucareira em Pernambuco, entre as quais se destaca a expansão do proletariado e do exército de reserva, como se entende a luta da classe operária em prol da reforma agrária? Que sentido teria essa bandeira, se a realidade objetiva ultrapassava a luta pela propriedade privada da terra? Se assim o era, por quais caminhos o movimento operário fez dessa luta sua bandeira política?*

Entendemos que se pode identificar um *sentido político* e um *sentido econômico* na luta pela reforma agrária. Enquanto luta política, ela foi, simultaneamente: a) o próprio conteúdo da aliança entre burguesia e classe operária, fazendo parte da estratégia de revolução democrático-burguesa; b) a materialização da chamada aliança operária-camponesa, que por sua vez constituía-se no fulcro da relação campo-cidade; e c) o meio para chegar ao objetivo específico dos traba-

---

\* O presente texto é uma versão corrigida e adaptada dos capítulos 4 e 5 da Dissertação do Mestrado que, sob o título Movimento Operário na Zona da Mata de Pernambuco (Um estudo das Relações entre Canavial e Usina — 1955/1964), apresentamos, em Setembro de 1982, no Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Campus II — Campina Grande, sob a orientação do Prof. José Cláudio Barriguelli (UFSCar/São Paulo).

\*\* Socióloga, Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia (DSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Campus II — Campina Grande.

(1) Nos termos em que foi então colocada, reforma agrária significava parcelamento da terra e dos demais meios de produção agrícola ou, o que é a mesma coisa, o estabelecimento dos trabalhadores agrícolas em pequenas propriedades camponesas.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	101 a 121	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

lhadores agrícolas que aspiravam ter acesso à propriedade privada da terra.<sup>2</sup> Enquanto luta econômica, ela derivou do fato concreto de que a posse da terra era a reivindicação imediata da massa de trabalhadores agrícolas, a quem o desenvolvimento do capital naquele preciso momento, destruindo as relações de morada, expulsava para a periferia das cidades açucareiras.<sup>3</sup> Nesse sentido, a luta pela reforma agrária manifestava a consciência imediata das massas e tinha um caráter eminente de luta econômica.

Quando os operários das usinas empunhavam a bandeira da reforma agrária, estava em jogo, principalmente, o sentido político da mesma. Daí porque, por exemplo, o segmento industrial, constituído pelo operariado nas usinas,<sup>4</sup> defendia-a pelo seu caráter de reivindicação específica dos chamados "aliados camponeses", que eram exatamente os trabalhadores agrícolas dos canaviais. Da mesma forma, quando defendiam a democratização da propriedade agrária e a derrocada do poder dos latifundiários, estavam também, na verdade, pondo em prática a aliança com a burguesia. Esta, supunha-se, iria realizar as várias reformas julgadas naquele momento necessárias à expansão do capital, especialmente a reforma agrária, com a qual se esperava ampliar o mercado interno.

Por outro lado, os trabalhadores dos canaviais — recentemente expulsos dos engenhos, rompidas as possibilidades de acesso aos meios de produção, que anteriormente mantinham enquanto moradores, e se reproduzindo exclusivamente pelo salário — jamais haviam estado tão distantes da condição de camponeses como naquele momento, em que se evidenciavam justamente como o segmento agrícola da classe operária. Se até então estiveram envolvidos na teia das relações de morada, que os cingia na condição de *classe operária que produzia diretamente*

- 
- (2) Só se pode compreender, efetivamente, o que foi a luta pela terra nesse período, inserindo-se no quadro sócio-econômico da época. Por outro lado, esse quadro só se torna compreensível quando analisado à luz das estratégias e táticas colocadas no cenário político pelas forças de vanguarda do movimento operário. No nosso entendimento, a estratégia democrático-burguesa direcionou a luta política de então, sendo a reforma agrária uma das bandeiras principais, entre as tantas reformas que foram propostas.
  - (3) As relações de morada correspondiam às relações sob as quais os trabalhadores da produção açucareira produziam a cana-de-açúcar. Cultivavam, num pedaço de chão — o roçado — em terra dos engenhos ou das usinas, parte dos meios de subsistência. Essa concessão obrigava-os a prestar trabalho gratuito, alguns dias da semana, no trato da cana, ou nela trabalhar por menor salário. (Sobre o assunto, ver, entre outros: ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973; CALADO, Antonio. *Tempo de Arraes. A Revolução sem Violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 (2a Ed.); SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979).
  - (4) Entendemos por *movimento operário e popular*, no setor açucareiro, o conjunto das lutas dos trabalhadores, seja nos canaviais, seja nas usinas. Entendemos também a *classe operária açucareira* como sendo formada pelo segmento industrial, ou fabril, inserido nas usinas, e pelo segmento agrícola, inserido nos canaviais.

*os meios de subsistência*, e os fazia uma espécie de "operários potencialmente camponeses", as rupturas naquele momento faziam emergir, plenamente desenvolvida, a sua feição real de classe.

Não é possível ignorar o aparente paradoxo: exatamente quando as forças produtivas do capital, se expandindo, destruíam as ambigüidades e as excrescências que ele mesmo criara no processo histórico, os operários agrícolas reivindicavam se transformar em camponeses. E note-se que nunca reivindicaram com tamanha força como neste período que vai de 1955 até 1964.

Poderíamos arriscar duas suposições. Primeiro, que a reforma agrária, por pressupor um segmento do proletariado aspirando transformar-se em camponeses, mesmo tendo essa aspiração o aval ou o apoio do conjunto dos operários do campo e da cidade, sob a rubrica da "aliança operário-camponesa", significou a *divisão da classe operária* pela base, em dois projetos distintos. Segundo, se a "campesinização" proposta implicava na desconcentração da propriedade agrária enquanto propriedade do capital, ela significava uma tentativa de reverter a realidade da concentração dos meios de produção, o que, além de inexequível, representava, enquanto proposta, um retrocesso histórico. Assim sendo, em nossa opinião, a reforma agrária teria sido uma luta atrasada, não obstante ter-se constituído, efetivamente, numa bandeira de grande poder de mobilização, o que entretanto não lhe alterava o significado.

É nos marcos do quadro acima esboçado que aqui levantaremos alguns questionamentos derivados da nossa pesquisa, referentes às forças que naquele momento direcionavam o movimento operário. Elas tiveram um papel crucial, com respeito à ambigüidade da luta pela terra, no ângulo em que a colocamos: enquanto uma luta de caráter econômico — estribada na expulsão dos moradores e na consciência imediata destes — e enquanto uma luta de caráter político, como tática que consubstanciava a estratégia de revolução democrático-burguesa.

Privilegiaremos, nesta incursão, a proposta do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como objeto de análise, por duas razões: primeiramente, devido à sua hegemonia, na época, entre as forças de vanguarda no movimento operário; depois, porque mesmo as forças que se pretendiam divergentes acabaram, de uma maneira ou de outra, como foi o caso das Ligas Camponesas, incorporando a idéia da reforma agrária enquanto desenvolvimento das forças produtivas do capital, que era, em resumo, a perspectiva do PCB.

Também colocaremos para reflexão algumas questões teórico-metodológicas, acerca do estudo da constituição do proletariado no campo em Pernambuco. O fato substantivo nessa reflexão será a inclusão, como elemento de análise, da produção direta, nos roçados, feita pelos trabalhadores dos canaviais e das usinas, de parte dos seus meios de subsistência. Estes roçados, que somente desaparecem definitivamente nos anos imediatamente anteriores a 1964, fundamen-

tam o desenvolvimento histórico da classe operária e explicam, em grande parte, sua consciência imediata.

Finalmente, é mister assinalar que este trabalho pretende apenas fazer coro com aqueles que lembram a necessidade de pesquisar melhor as classes sociais engendradas pelo modo de produção capitalista no Brasil.

## O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CLASSE OPERÁRIA

É possível que a especificidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil decorra, como afirma José Cláudio BARRIGUELLI, do fato de que, aqui, o capital não teria necessitado da separação prévia entre produtores e meios de produção para desenvolver as forças produtivas. Essa especificidade resulta exatamente do fato de que, nas Colônias, o trabalho já se realizava tendo tal separação como pré-condição:

“O desenvolvimento do capitalismo no Brasil não assume as mesmas *formas*, no particular, que ocorrem em países como a Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, etc. Se nesses países a evolução das relações capitalistas de produção impunha a destruição (excetuando-se aqui os Estados Unidos) das formas feudais, através do rompimento da unidade existente no *trabalho*, que se configura no trabalhador direto, separando o trabalhador das condições objetivas do trabalho, nas colônias, o trabalho já se realiza, tendo essa separação como pré-condição. A questão que se trata não é a forma jurídica assumida pela relação de trabalho — escravismo — na colônia e sim como o trabalho, ou melhor, a força de trabalho se realiza: como *mercadoria*. Nesse sentido a questão fundamental não é deter-se na *forma particular* (e explicá-la na sua particularidade) enquanto tal, mas procurar na análise, compreender porque essa relação (o trabalho como mercadoria) somente pode dar-se necessariamente assim”.<sup>5</sup>

Esta é, certamente, uma questão básica. Trata-se de apreender o movimento geral de expansão do capital, entendendo como ele gerou, segundo a divisão do trabalho produtivo em escala mundial, diferentes formas de extrair o excedente, nem todas explicitando a condição de mercadoria da força de trabalho, mas todas consistindo, em última instância, na exploração do trabalho pelo capital. Também entendemos, como José Cláudio BARRIGUELLI, que o trabalho escravo é a forma histórica encontrada pelo capital para a realização do excedente. Na essência está demonstrando o próprio movimento — isto é, a força de trabalho

---

(5) BARRIGUELLI, José Cláudio. *Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956)*. São Paulo, UFS Cr, 1981, v. 1. pp. 11-12 (grifado no original).

como mercadoria — não obstante, na forma negar-se, aparentemente, o movimento.<sup>6</sup> Assim, o trabalho escravo no Brasil — trabalhador não livre, em aparência o contrário da força de trabalho na condição de mercadoria — enquanto forma colonial necessária da produção do excedente determinada pela divisão do trabalho na fase mercantil do capitalismo, representaria a base histórica na criação do proletariado.<sup>7</sup>

A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, ocorreu no contexto de mudança dos pressupostos da acumulação a nível mundial.<sup>8</sup> Agora havia uma nova divisão internacional do trabalho, onde a expansão das forças produtivas — a raiz da Revolução Industrial e da passagem da fase concorrencial para a fase monopolista — colocava para a agroindústria açucareira, bem como para todo o Brasil, a necessidade de rebaixar o preço das mercadorias. Para o açúcar nordestino continuar no mercado, sem acompanhar o novo padrão de produção do valor, foi necessário que a burguesia açucareira, além de se associar inteiramente ao Estado, também diminuísse os custos com a força de trabalho.

Nesse processo, o capital não transformou totalmente a força de trabalho em mercadoria, nos moldes clássicos como se havia constituído o proletariado europeu. Ao contrário, desenvolveu uma forma especial de subordinação do trabalho, conjugando o trabalhador com alguns meios de produção, sendo que, não obstante essa conjugação, a condição primeira e essencial desses trabalhadores sempre era reproduzir o capital. Estabelecidos como moradores, foreiros, rendeiros, etc., podia a população a qualquer momento, conforme os requerimentos do capital, assumir a condição de assalariados.

Evidentemente, a ação repressiva do aparelho estatal, contribuiu para tais desígnios, impedindo à força de trabalho de transformar-se numa classe de produtores independentes, e reprimindo quaisquer manifestações nesse sentido. Por outro lado, a propriedade agrária, enquanto propriedade do capital, permitiu aos

---

(6) "A dicotomia existente entre a forma e o conteúdo, que é essencial no trabalho escravo, sempre está *mascarada como a negação do trabalho livre*. Sendo este último visto de modo abstrato, como forma, e não como o conteúdo que lhe é próprio por produzir o *excedente*, a dicotomia fica deslocada de modo apologético entre trabalho escravo e trabalho livre". (Cf. José Cláudio Barriguelli, op. cit.).

(7) Sobre essa questão, ver também FIGUEIRA, Pedro A. & MENDES, Claudionel "*Estudo Preliminar*", in: *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo, Grijalbo, 1971, ver também FRANCO, Maria Silva Carvalho M. "*Organização Social do Trabalho no Período Colonial*", in: *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

(8) Nessa fase, como necessidade de redefinir as formas de produzir o excedente, ocorreu a passagem para um novo padrão internacional de acumulação, em que os processos técnicos diminuíram o trabalho necessário e aumentaram a mais-valia relativa. (Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

capitalistas, usineiros ou proprietários, impor diversas maneiras de extrair trabalho excedente, não apenas porque fossem proprietários da terra, mas por esta ser propriedade do capital.

De fato, a conjugação produtor/meios de produção só foi possível devido à forma concentrada da propriedade agrária enquanto propriedade do capital. Realmente, o latifúndio tornou exeqüível a reprodução do capital e dos capitalistas enquanto classe dominante, imprimindo conotações peculiares ao processo de acumulação.

Entretanto, é preciso entender o latifúndio em todos os seus aspectos. Como fator que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que imobilizava os trabalhadores nos limites geográficos da propriedade, cedendo-lhes o uso da terra em épocas de crise do açúcar e impedindo-lhes de se constituir inteiramente em mercadoria, também lhes inviabilizava a possibilidade de se reproduzirem de forma independente, enquanto camponeses: quando os preços subiam, os latifundiários retomavam as terras dos moradores, foreiros e arrendatários, incrementando os dias de trabalho gratuito nas lavouras de cana. Estes dias, aliás, nunca deixavam de ser prestados, mesmo em períodos de crise. Quando os preços baixavam, tornavam a sublocar as terras.

Com isso, reiteravam-se os pressupostos da acumulação e da dominação de classe: *impedia-se o desenvolvimento de uma classe de produtores independentes e garantia-se a condição dessa população enquanto valorizadora do capital, não importa que intermitentemente*. Portanto, não se expandia propriamente a classe operária, pois vegetava à sombra do latifúndio. Entretanto, em nenhum momento ela se libertava de sua condição de valorizadora do capital.

Este aspecto tem sido estudado por Peter Eisenberg. Analisando as relações de trabalho e as condições de vida após a abolição da escravidão, mostra como foi essencial ao capital inviabilizar a transformação dos libertos numa classe de produtores independentes:

“Os salários rurais significavam pouco mais direitos sobre a terra, o capital ou os frutos da produção do que a ração dos escravos. Quando muito, os trabalhadores livres tinham mais direitos sobre a sua própria força de trabalho, desde que podiam recusar-se a vendê-la, mas eventualmente enfrentariam as opções da fome ou do roubo. (. . .) Somente bem poucos indivíduos eram parceiros e menor ainda era o número destes que chegavam a acumular capital suficiente para se tornarem proprietários de terra. (. . .) Mesmos os lavradores, que devido à sua modesta posse de capital podiam ser considerados como uma espécie de classe média rural, também estavam sujeitos a ser despedidos, literalmente, do dia para a noite, pelo senhor de engenho, cujo monopólio de terras assegurava sempre a oferta de muitos trabalhadores sem terras, ansiosos por uma parcela da produ-

ção açucareira".<sup>9</sup>

Reproduzindo intermitentemente o capital, a população não poderia deixar de se constituir em força de trabalho *potencialmente* camponesa, que nos "interstícios" da atividade açucareira formava um exército de reserva. Entretanto, como bem coloca Pedro Figueira, essa população "nunca deixou de se constituir inteiramente em população que reproduzia o capital"; sendo essa, na essência, sua principal característica:

"As novas condições de existência do capital imperialista, que significa elevadíssima concentração industrial e financeira, exigem para sua reprodução, domínio incondicional da classe operária. De fato, aquele exército de reserva só pode tornar viável às novas nações reproduzindo-se em condições infra-humanas. Uma dessas condições consiste em vegetar, em massa excedente numericamente crescente, à sombra da grande propriedade fundiária, recriando simulações de pequena propriedade, produto independente, campesinato e tantas outras modalidades e figuras, que vão desde a recomposição da unidade familiar no campo e na cidade, o vendedor ambulante e o biscateiro. Não há propriamente limites ao aproveitamento de novas figuras, desaparecimento temporário, recriação das antigas e outras articulações em que o capital monopolista pode envolver o exército de reserva".<sup>10</sup>

Evidentemente a agroindústria não se conservou exatamente a mesma desde o século XIX até meados do século XX. Sob a determinação do capital financeiro, os engenhos foram substituídos pelas usinas, passando, inclusive, por uma etapa de engenhos centrais. Substituíram-se os meios de transporte animal (carro de boi, jumento e cavalo) por ferrovias, e os equipamentos das usinas passaram por sucessivas modernizações, introduzindo-se técnicas que revolucionaram a fabricação. A crise econômica não significa ausência de nenhuma mudança na composição técnica e orgânica do capital.

Os senhores de engenho enfrentaram as crises decorrentes da oscilação dos preços do açúcar no mercado internacional, reagindo - como aponta P. Eisenberg - de duas formas diferentes e complementares. De um lado, modernizando as forças produtivas, não obstante os longos períodos de estagnação; disso é prova a evolução histórica, do Bangüê para o Engenho Central, e desta para a usina. De outro lado, transferindo as perdas sofridas no mercado exportador para uma força de trabalho com reduzidíssimo poder de barganha, mediante achatamento salarial e mesquinhas condições de trabalho.

---

(9) EISENBERG, Peter L. *Modernização Sem Mudanças. A Indústria Açucareira em Pernambuco. 1840/1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 247-250.

(10) FIGUEIRA, Pedro Alcântara. *Reforma Agrária*. São Carlos, USFCar, s/d. (mimeo).

O Estado foi o fator decisivo nesse processo. Em parte porque forneceu os recursos para modernizar a produção agrícola e industrial, inclusive mecanizando algumas fases do trato agrícola, permitindo alargar a acumulação pelo maior volume de meios de produção colocados à disposição das usinas. Ressalta-se, aliás, que graças à disponibilidade de crédito, concedido através do Estado, os usineiros puderam concentrar a propriedade fundiária sem se transformar numa classe de proprietários de terra. Em parte porque o Estado custeava a própria produção, através do crédito para a compra de insumos, fertilizantes, defensivos, etc., adiantando também as despesas com força de trabalho, o que favorecia a racionalização da utilização do trabalho conforme o ciclo produtivo. Posteriormente, o próprio Estado modernizou os transportes, abrindo estradas que encurtavam a chegada da cana à usina, diminuindo, portanto, a perda de sacarose e favorecendo os rendimentos industriais. E, finalmente, porque interviu para conciliar as divergências entre as frações da burguesia, formando com ela uma "aliança" política, que garantiu à mesma manter-se no poder, ao mesmo tempo em que reprimia as manifestações de resistência dos trabalhadores.<sup>11</sup>

Enfim, não podemos esquecer do fundamental: ao capital interessa a mais-valia e não o açúcar. O açúcar é o caráter efêmero e a essência é a produção de mais-valia. Se as condições parasitárias, segundo as quais o capital se reproduz, não permitem o desenvolvimento das forças produtivas, a burguesia se associa ao Estado, assumindo a condição de gerente de capital.<sup>12</sup>

## A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Um dos argumentos mais fortes, entre aqueles utilizados para caracterizar a massa dos trabalhadores dos canaviais nos anos 50-60 como camponeses, é o fato de que, não sendo totalmente assalariados, produziam, de forma direta, meios de subsistência nos roçados ou sítios. Pensamos que essa questão pode ser analisada introduzindo um elemento a mais. Vejamos o caso dos roçados de subsistência, no setor industrial. Há evidência de que no passado os operários das usinas produziam diretamente parte dos meios de subsistência, em pequenos lotes de terra

---

(11) A criação do IAA e a garantia que este representou para a manutenção do açúcar nordestino nos mercados, representa um dos fatores que explicam como a burguesia açucareira, embora enfraquecida economicamente, se mantém até hoje como a fração mais importante da classe dominante nessa Região, controlando politicamente a Zona da Mata e, pelo menos parcialmente, o aparelho de Estado.

(12) Sobre o papel do crédito e sobre a transformação do capitalista em mero dirigente, administrador do capital alheio, como uma tendência da concentração do capital, chama atenção MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Livro 3, v. 6, capítulos XXV e XXVII.



cedidos pelos usineiros, realizando, dessa forma, uma atividade agrícola de caráter complementar à atividade industrial.<sup>13</sup>

Esse hábito, que no passado era comum em algumas usinas, mas que, com o desaparecimento dos roçados, foi substituído pelos biscates, negócios e outras estratégias de sobrevivência, representava um recurso para complementação dos salários, ou mesmo para se defender das conseqüências do desemprego na entressafra. Porém, o que estava em jogo era a proporção entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, significando, portanto, a extensão disfarçada da jornada de trabalho. Aliás, esta é também a versão de José Sérgio Leite Lopes:

“Com efeito, esse trabalho adicional pode ser visto, em certo sentido, como prolongamento da própria jornada de trabalho na usina: o trabalho no contexto da cooperação imposta aos operários e da ‘investigação’, própria à usina, continua, enquanto dispêndio de esforço, embora transformado no contexto totalmente diferente do trabalho familiar ou por conta própria do operário em sua atividade subsidiária. Enquanto cada hora de jornada de trabalho na usina contém um tempo de trabalho necessário para reproduzir o valor equivalente à subsistência do operário, sendo-lhe devolvido sob a forma de salário, e um tempo de sobre-trabalho, apropriado pela usina, esse tempo de sobre-trabalho, apropriado pela usina, esse tempo de trabalho suplementar no roçado dos operários é, ao contrário, todo ele dedicado diretamente à sua subsistência. (. . .) O tempo de trabalho necessário à subsistência do operário, que deveria cumprir-se dentro dos limites da jornada de trabalho, extravasa esta jornada e prolonga-se sobre o tempo livre do operário”.<sup>14</sup>

Se o roçado dos operários constituía um trabalho desenvolvido fora dos limites do processo de trabalho industrial, ele permitia, entretanto, um remanejamento da parcela do tempo necessário no valor produzido pelo operário, que para se reproduzir precisava alargar o trabalho necessário para fora da unidade produtiva industrial. Quando o trabalhador produzia diretamente meios de subsistência, estava estendendo a jornada, produzindo fora da unidade produtiva o que, a rigor, deveria estar coberto pela jornada de trabalho. Significava um tempo que prolongava essa jornada e em que o trabalho realizado assumia foros de “necessário” e o produto de “valor de uso”.

Entendemos que este fato deve ser interpretado através do seguinte mecanismo: os baixos salários e seu caráter sazonal induziam os operários a cultivar roça-

---

(13) Veja-se LOPES J. S. Leite. *O Vapor do Diabo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 116-122. Ver também ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Basileense, 1973. p. 119.

(14) cf. LOPES, J. S. Leite, op. cit., p. 120.

dos, prática estimulada pelos usineiros, que dele se aproveitavam de duas maneiras. Primeiro, mantendo imobilizada a força de trabalho e, segundo, reduzindo seu valor (e conseqüentemente seu custo salarial), uma vez que produziam parte dos meios de subsistência socialmente necessários à sua reprodução. Os operários produziam parte do produto necessário nessa extensão disfarçada de jornada de trabalho, permitindo assim a variação das proporções entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente da jornada de trabalho contratual cumprida na usina. Com isso, consumava-se o aumento relativo e absoluto da quantidade de trabalho não pago para ser extraído dos trabalhadores, isto é, da mais-valia relativa. Estava então, por trás de todo esse complexo mecanismo, a super exploração do trabalho pelo capital, conseqüência que, por sua vez, era premissa da continuidade desse mesmo processo, que se retroalimentava no que era um círculo vicioso de super-exploração. Essa é a questão teórica que entendemos deva ser extraída da análise dos roçados.

Evidentemente, a singularidade do caso de operários se reproduzindo parcialmente por outras vias, além do salário, manifestada na realização de um trabalho agrícola que executava junto com sua família, significava a super-exploração da força de trabalho, que acabava arcando com parte da responsabilidade pela sua própria reprodução.

Teoricamente, a questão se reporta às formas pelas quais os meios de subsistência chegam ao trabalhador. Ele pode receber um salário igual ao valor desses meios, ou pode produzir diretamente parte deles, como é o caso quando há roçados. O importante é que a produção direta de meios de consumo em nada modifica o fato de estarem separados dos meios de produção fundamentais, e a produção que realizam no roçado representa um tempo de trabalho necessário que, obviamente, não é coberto pelo salário.

Em resumo, o que se pode concluir do *roçado de subsistência*, por nós caracterizado como um trabalho necessário, realizado fora da jornada de trabalho contratual? Primeiro, sua *natureza evidente de super-exploração do trabalhador*. *Esta é a essência do roçado, embora alguns pensem ainda hoje, que os patrões do passado eram mais humanos e os trabalhadores menos explorados, porque cultivavam um pedaço de chão.*<sup>15</sup> Segundo, o fato de que o roçado permitia a *redução dos custos do capital com força de trabalho*, já que os trabalhadores produziam, eles mesmos, parte dos meios de subsistência que, noutras condi-

---

(15) Esta crença estaria também na base da luta pelos dois hectares de terra para cada trabalhador, que o movimento sindical reivindica, atualmente, quando exige que se cumpra a "Lei do Sítio". Esta reivindicação retrata, como nenhuma outra, não somente o caráter imediatista que a luta econômica geralmente assume, mas também o tributo que se paga ao ficar na aparência dos fenômenos — que leva a lutar apenas por melhorar as condições de vida — ao invés de penetrar na essência dos mesmos — que conduz à luta contra o sistema mesmo de exploração.

ções, seriam cobertos pelo salário. Terceiro, que o roçado *era simplesmente a aceitação de uma realidade* e nunca uma idealização.<sup>16</sup> Claro que era preferível se esgotar nas horas de folga, ou, o que era mais comum, colocar toda a família para trabalhar no roçado, do que não poder adquirir os gêneros alimentícios de primeira necessidade, seja porque o salário era insuficiente, seja porque estavam parados, na entre-safra. Consumava-se aí, simplesmente, ou a aceitação das regras do jogo, ou a fome e a migração como alternativa.<sup>17</sup> Finalmente, o roçado, por sua própria natureza de extensão da jornada de trabalho, pelo lado do trabalho necessário, *caracteriza a existência*, pelo menos até a década de 50, *de uma grande quantidade de trabalho improdutivo* para o capitalista (isto é, não produtor de mais-valia), embora totalmente subordinado ao capital.

Poderíamos perguntar se há alguma coisa nos roçados dos moradores que seja *essencialmente* diferente do roçado dos operários das usinas. Vê-se que a subordinação do trabalho pelo capital adequava-se à sazonalidade do processo produtivo na indústria e na agricultura e, conforme o andamento da natureza, imprimia uma intermitência na extração do excedente.

O fundamental, nesse processo todo, achamos nós, é entender sua dimensão, enquanto retrata o papel histórico da propriedade fundiária concentrada, capaz de reproduzir, nas *fímbrias* do latifúndio, a relação de trabalho não assalariado, inteiramente subordinada ao capital, e capaz de garantir ao capital a produção da mais-valia. Este trabalho não-assalariado não era, nem poderia ser, portanto, algo independente do capital. O morador somente era morador, só tendo direito à morada desde que trabalhasse no canavial; do mesmo modo, moer a cana, embora fosse, digamos assim, a principal obrigação do operário, não lhe impedia de ser, fora da usina, agricultor.

## AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DOS ANOS 50

No geral, as pesquisas sobre a economia açucareira são unânimes em apontar, no quadro das transformações ocorridas após a década de 50, as seguintes tendências:

---

(16) Como nos dizia um operário: "O roçado nunca enganou ninguém. Tinha aqueles especializados que o próprio usineiro, por força da necessidade, procurava mantê-los, né? Embora naquele regime antigo que nós conhecemos, né? Daquele estilo. Mas não tinha outra coisa a fazer para o próprio operário, né? Tinha que se sujeitar aquilo, porque se saísse dali ia para outro canto e era pior, para outra parte, ali pelo menos era conhecido, o patrão dava valor não pelo valor dele, mas apenas pelo trabalho.(...) O operário era um sinônimo de cativo. (...) Acabou-se a escravidão dos negros. Mas a branca dos operários, a branca dos pobres, ficou". (Entrevista da Pesquisa de Campo).

(17) Diga-se de passagem que a migração interna, na própria zona do açúcar, de uma usina ou de um engenho para outro, atrás de melhores condições de trabalho, foi sempre um fato corriqueiro.

- Expansão da área cultivada;
- Intensificação do trabalho, principalmente nos canaviais, ao mesmo tempo em que aumentou a proporção do trabalho temporário;
- o volume da produção cresceu, melhorando também os rendimentos agrícolas e industriais, embora se mantenham inferiores àqueles obtidos no Centro-Sul, especialmente em São Paulo;
- a intensificação e o aumento do trabalho temporário foram acompanhados do crescimento de excedente populacional, que não tem condições de ser absorvido na área, por isso tende à migração.
- o processo de expansão da agroindústria açucareira tem sido caracterizado pela elevação das taxas de exploração, na parte agrícola, basicamente através da implantação da "tarefa diária" que nunca pode ser cumprida porque é excessiva, e através da sonegação do pagamento dessas tarefas, ao fim do dia quando, na balança, rouba-se o trabalhador, diminuindo o peso real da cana coletada, ou o capataz contabiliza a menos os trabalhos efetivamente realizados.

Em resumo, aponta-se para a modernização dos latifúndios, a expansão da produção da matéria-prima (do açúcar) e, principalmente, para as mudanças no plano da estrutura de classe.

Para que adquiram sua verdadeira dimensão, esses elementos devem se inserir na conjuntura nacional, no sentido de precisar os fatores que condicionaram as referidas transformações. A questão essencial refere-se aos acontecimentos, a nível nacional, que provocam tantas e tão profundas mudanças na agroindústria açucareira nordestina, a partir da década de 50. Em nossa opinião, elas se relacionam com a expansão industrial no Brasil. Este nexos é bem apontado por José Graziano da Silva:

"É fundamentalmente no período da industrialização pesada que se acelera o processo de industrialização da agricultura brasileira. É por força do processo de industrialização do país que a agricultura deixa de ser um setor "isolado" (. . .) Foi exatamente ao final do período de expansão do ciclo da industrialização pesada brasileira que se instalaram no país as principais indústrias de insumos agrícolas (em particular a indústria de tratores e máquinas agrícolas, mas também a de fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, etc.). A partir daí, a agricultura não poderá mais ser vista apenas no seu papel passivo, como postulavam as análises dualistas: ela irá se constituir cada vez mais num mercado, não de bens de consumo, mas de meios de produção industriais, quer como comprador de certos insumos, quer como vendedor de outros".<sup>18</sup>

---

(18) SILVA, José Graziano da. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista*, Campinas, Unicamp, 1980, p. 91-92. Tese de Doutorado.

Certamente, a "industrialização da agricultura" não se manifestou por igual, nem no mesmo ritmo em todas as regiões do Brasil, como também, não foi igual para todos os produtos. Entretanto, ela representaria, talvez, o sentido das transformações ocorridas na agroindústria açucareira a partir de 1950, num processo em que a lavoura da cana-de-açúcar acompanhou as diretrizes da expansão do capital monopolista no Brasil.<sup>19</sup>

Para garantir o incremento da produção, as usinas necessitavam providenciar o suprimento de cana de boa qualidade, expandindo a atividade agrícola e barateando o custo de cana produzida. Era necessário, desta forma, fazer crescer a taxa de lucro no setor agrícola. A partir da saída de Cuba do mercado internacional, tornou-se vantajosa para o Nordeste a produção de cana também em terras mais distantes, desvantagem compensada pelos ganhos de produtividade aludidos e pelo incremento dos diferenciais de renda, obtidos via melhoria dos transportes e do próprio solo. Garantia-se a apropriação dessa renda pelo capital, através do seu monopólio da terra e da substituição de outras lavouras pela cana.

O que significa afirmar que o latifúndio se modernizou? Primeiro, significa que o capital provou, na prática, que a propriedade fundiária não representava uma barreira a sua expansão na agricultura. A propriedade fundiária concentrada, tal qual existia e existe no Brasil, ao invés de ser entrave, obstáculo, freio ao desenvolvimento do capital, tem sido, ao contrário, fator desse desenvolvimento. Se isso ocorreu é porque a expansão das forças produtivas foi, ao mesmo tempo, concentração do capital, inclusive no campo, e a propriedade fundiária manteve seu papel histórico de síntese dessa concentração. Significa dizer também, contra aqueles que diziam não ser possível conviverem capitalismo e latifúndio, que se expandiram as forças produtivas, concentrando-se ainda mais a terra e outros meios de produção, sem ser preciso criar o mercado interno no campo, ou seja, a concentração fundiária não impediu a concentração de capital e a intensificação do trabalho, pelo contrário, foi veículo importante para a acumulação.

Em resumo, *a modernização do latifúndio nada mais foi que a explicitação de algo histórico no Brasil: o capital há muito resolveu, a seu favor, a contradição clássica com a propriedade fundiária, fazendo avançar as relações de produção pela via do capitalismo e colocando o sistema resultante inteiramente a seu serviço.*

---

(19) "Em outras palavras, o processo de desenvolvimento capitalista transforma a agricultura num ramo particular da indústria: de uma relação de apropriação das condições naturais existentes, passa o capital a "fabricar" essas condições quando elas estão ausentes. Aqui, as inovações biológicas aparecem como fundamentais, no sentido que são elas que potenciam as inovações químicas, físicas e mecânicas no setor agrícola, pois representam a própria reprodução da natureza pelo capital à sua imagem e semelhança, isto é, submetida aos interesses do processo capitalista de produção" (SILVA, José Graziano da, op. cit., p. 4 (Grifado no original)).

Segundo, a modernização do latifúndio significa que o desenvolvimento do capital, ao manter e expandir a grande propriedade, introduzindo mais e melhores equipamentos, implementos agrícolas, defensivos, adubos, etc., e intensificando a extração de mais-valia, alterou a *forma* do movimento. O trabalho não-assalariado, co-existente com trabalho assalariado, face às novas circunstâncias criadas dentro e fora da agroindústria açucareira, transformou-se em relação de trabalho assalariado. Este é, portanto, um momento de *expansão* do proletariado rural e não de sua criação. Ou, dito de outra forma, o momento em que o trabalhador agrícola e industrial açucareiro passou a produzir unicamente mais-valia.

Para realizar essa modernização, foi necessário alterar as relações de trabalho. O capital acabou com as relações de morada, eliminando o sítio e o roçado, não apenas para expandir a área cultivada com cana, mas para adequar-se às novas condições em que se reproduzia a nível nacional. A determinação do crescimento da produção de insumos agrícolas, fertilizantes, defensivos, etc., e a necessidade de *realizá-los* em todo espaço nacional, impunha à agroindústria açucareira produzir mais matéria-prima *dentro* dos novos critérios, como injunção do movimento da acumulação a nível nacional, e não como decisão individual autônoma dos usineiros e fornecedores.

Interessava ao capitalista, usineiro ou fornecedor, acabar com o sítio e com o roçado, porque interessava-lhe extrair mais-valia nesses sítios e roçados. Por isso a necessidade de incorporá-los, intensificando-se o trabalho conforme o andamento do processo produtivo, ou seja, institucionalizando o trabalho temporário na figura do "clandestino".<sup>20</sup>

Dentro desse mesmo sentido, interessava ao capital acabar com a "condição" e o "cambão". Veja-se que, em sua lógica, estas relações de trabalho encobriam — como aponta B. Aued — um tempo de trabalho que o trabalhador reivindicava, para si, ao capital. A este interessava amiudar o trabalho gratuito e não apenas extrai-lo por apenas alguns dias, como era o caso do "cambão" e da "condição":

"O cambão, todos dizem, é pagamento da utilização de roçados de subsistência. Quem pagava cambão possuía, quase sempre, dupla atividade no processo produtivo: ora estava ocupado na produção de cana, ora estava ocupado no roçado de subsistência. Duplicidade possível e viável até o

---

(20) "Dentro desse contexto em que a produção está sendo aumentada com o plantio em área maior e com a elevação da relação capital/produto, com a conseqüente maior monetarização da atividade agrícola e busca incessante de novas terras para a cana — o que vem provocando a derrubada dos restos da área açucareira, frequentemente com a transgressão do Código Florestal — é que a partir da década de 1960 foi intensificada a substituição do morador pelo trabalhador de rua". (ANDRADE, Bonifácio. *As migrações sazonais do Nordeste*. Recife, SUDENE/UFPe, 1979. p. 53).

momento em que o roçado de subsistência, economicamente, começou a se tornar um obstáculo (. . .) Reivindicar o fim do cambão seria, por conseguinte, uma luta favorável ao capital e não ao camponês, pois à medida em que deixa de existir o cambão — força de trabalho disponível — cessa também a exigência de ceder terras aos roçados de subsistências (. . .) Muito mais que ao camponês, interessava ao capital o fim do cambão, pois o que é o cambão senão um tempo que o capital toma do camponês, não permitindo que ele aumente seu roçado, que ele produza e se reproduza — através do seu roçado — como classe? Ele quer ser camponês, o capital não o permite. O que seria do capitalismo, em sua fase monopolista, se ele conseguisse se reproduzir?"<sup>21</sup>

Portanto, a extinção do cambão era condição essencial para intensificar o trabalho, generalizar um tempo diário de trabalho gratuito e expandir o capital. Se aos trabalhadores também interessava o seu fim, isto ficava por conta de que reivindicavam disponibilidade de tempo para trabalhar para si e salário nos dias em que trabalhavam na produção de cana. Traduzindo isso à luz da nossa análise anterior sobre a natureza dos roçados — super-exploração, que na consciência do trabalhador se transfigurava em compensação pelos baixos salários — essa luta pela permanência nos roçados, sem cambão e sem condição, significava a defesa imediata das condições de vida, pelo lado da "campenização". Se interessava também aos proprietários o fim do cambão, não havia paradoxo senão na aparência. Estes precisariam subtrair da força de trabalho todo o tempo disponível, sem que a extração de trabalho gratuito se limitasse apenas a dois ou três dias por semana. Afinal, explorar o trabalho é a única garantia possível de o capital existir e se reproduzir. Para isso é indiferente se o trabalhador está dentro ou fora da terra.<sup>22</sup>

## O CONTEÚDO DA LUTA EM PRÓL DA REFORMA AGRÁRIA

As transformações na produção açucareira acima analisadas, inclusive as mudanças nas relações de trabalho nos anos 50 e 60, fazem parte de um processo mais amplo, que se deu a nível nacional, de subordinação total da agricultura ao capital. Esse processo, embora não tenha ocorrido no mesmo nível e na mesma intensidade em todas as regiões, representou a consolidação da agricultura como ramo da produção capitalista. Desse modo, a primeira consideração acerca das lutas de classe na Zona da Mata de Pernambuco, é que elas se insiram no processo nacional de expansão capitalista na agricultura, naquele momento, aumentando a produtividade e intensidade do trabalho, ao tempo em que o subordinava inteiramente ao capital.

---

(21) AUED, Bernadete. *A Vitória dos Vencidos. (PCB e Ligas Camponesas 1955-64)*. Campina Grande, UFPb, 1981. p. 81-82. (Dissertação de Mestrado).

(22) Veja-se AUED, Bernadete, op. cit., p. 22.

Do ponto de vista da reprodução do capital, estava em jogo a necessidade de baratear o preço de produção do açúcar, não só devido à necessidade de competir com o açúcar no Centro-Sul, como também, porque, com a suspensão das tradicionais e significativas compras de açúcar cubano pelos Estados Unidos, após a revolução cubana, abria-se a possibilidade de colocação do açúcar nordestino no mercado Norte-Americano. Era, portanto, uma conjuntura de expansão da produção em que tornou-se vital produzir mais mercadorias com menor valor, e em que, na impossibilidade de aumentar substancialmente a produtividade industrial, o recurso foi a expansão da área cultivada e a transformação nas relações de trabalho agrícola. Ao capital impunha-se destruir os sítios e roçados, acabando assim com a "meia", a "terça", a "condição" e o "cambão". Com isso, assegurava a obtenção de mais-valia relativa, mobilizando a realização de maiores lucros.

À medida em que se expandiu o capital, agudizaram-se as contradições sociais. Para os trabalhadores agrícolas, essa expansão significou, principalmente, a deterioração imediata das condições de vida, não somente pela perda dos sítios e roçados, como também porque o crescimento do exército de reserva permitiu ao capital rebaixar os salários para níveis realmente mínimos. Destarte, recaiu sobre a força de trabalho agrícola, naquele momento mais vulnerável e desorganizada que a força de trabalho industrial, o maior ônus, a parte maior dos custos econômicos e sociais da expansão promovida pelo capital em seu próprio benefício.

A essa violência, os trabalhadores responderam com a luta por emprego, por salários mais justos, por sua contemplação pela Legislação Trabalhista e por acesso a terra. A consciência imediata, estruturada nos elementos da vida material, identificou a fonte da exploração na impossibilidade de ter acesso a terra e dela tirar o sustento. Conseqüentemente, os levou a reivindicar a *posse da terra*. Este seria o elemento objetivo que explica as reivindicações imediatas dos trabalhadores expulsos, sob o qual se baseou a luta pela terra nos anos 50 e 60. A gênese desse comportamento remonta às condições peculiares nas quais se formou e desenvolveu o proletariado na agroindústria açucareira, especialmente à forma tradicional como até então se reproduzia a força de trabalho, gerando ela mesma parte dos meios de sua subsistência.

Mas a violência das transformações não explica porque a questão do acesso a terra foi formulada, politicamente, em termos de reforma agrária, enquanto solução para a exploração. Embora a luta pela terra tenha-se desenvolvido no bojo do processo de expulsão — o que lhe confere o caráter de luta contra a deterioração das condições de vida dos trabalhadores expulsos — ela se revestiu do conteúdo político conferido pelas diferentes forças que dirigiam o movimento de massa no campo, como foi o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

*Lutar por terra correspondeu à forma como emergiu a consciência, nas condições apresentadas. Não pretendemos negar a importância que ela objetiva-*



mente teve. É preciso, entretanto, compreendê-la num quadro mais abrangente, que possa explicar, entre outras coisas, por que os trabalhadores lutavam pelo salário e pelos direitos trabalhistas, simultaneamente considerando os latifundiários como sendo os inimigos principais e a Reforma Agrária como sua principal bandeira política, quer como meio de desenvolver as forças produtivas do capital e acumular forças, como a entendia o PCB, quer "radical e na marra" como queriam as Ligas Camponesas e os Julianistas. Em resumo, é fundamental compreender por que ela assumiu muito mais que apenas o caráter de luta imediata, e terminou, no caso do PCB, representando o nexo entre as condições objetivas — destruição das relações tradicionais de trabalho e aparecimento das novas relações — e as ações.

Assim, a luta pela terra foi, politicamente, formulada pelo Partido Comunista Brasileiro em termos de luta em prol de uma reforma agrária (distribuição de terras acompanhada de crédito, assistência técnica, etc.) que atendesse aos camponeses pobres, considerados os aliados do operariado nas lutas em prol das reformas sociais — inclusive, as reformas de caráter urbano, também inseridas na mesma estratégia de desenvolvimento das forças produtivas do capital. Levando em conta tal formulação, propusemo-nos compreender o sentido que teve a reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco, para o conjunto dos trabalhadores do canavial e da usina. Partimos do pressuposto de que não basta lembrar e constatar que "os operários da cidade e do campo apoiavam a reforma agrária", mas deve-se ir além dessa afirmação. Afinal, se era uma proposta que direcionava a luta política no campo, o que propunha para o proletariado rural? Se era, como indicam os documentos da época, uma proposta de parcelamento da terra, como se situava os operários face a esse parcelamento?

Em primeiro lugar, pela própria concepção que tinha do desenvolvimento do capital no Brasil, o PCB não relacionava usina e canavial do ponto de vista histórico. Tomava a relação *como ela aparecia*, como *desigualdade* derivada da presença de resquícios feudais, produzindo uma estrutura social formada por camponeses e operários. Diagnosticava, portanto, problemas *no campo*, como resultantes de relações pré-capitalistas na agricultura. Ou seja, estar-se-ia em presença de um outro modo de produção, na figura dos resquícios feudais, convivendo com o capitalismo industrial, e não em presença do desenvolvimento capitalista da agroindústria açucareira como um todo, com suas relações historicamente determinadas, entre usina e canavial.<sup>23</sup>

Depois, a concentração fundiária era tida como a grande barreira ao desenvolvimento capitalista e era também considerada a causa da exploração dos

---

(23) BARRIGUELLI, J. C. op. cit., p. 127 - 143.

camponeses. Barreira por que se entendia que faltava um mercado interno, capaz de absorver os produtos industrializados. A preconizada divisão de terras deveria assim, supostamente, criar essa demanda, razão pela qual supunha-se estar a burguesia interessada nessa desconcentração, e o Estado em apoiá-la. Dentro do mesmo raciocínio, entendia-se que a exploração dos camponeses decorria da coerção extra-econômica, oriunda da remanescência de relações pré-capitalistas; daí a suposição de que o capitalismo nacional, reabilitado pela reforma agrária, poderia ser capaz de garantir aos camponeses a apropriação da renda que lhes sugavam os latifundiários.<sup>24</sup>

Essa concepção sugeria que não se estaria diante do interesse da burguesia em expandir a renda diferencial, e apropriar-se dela, e, como tal, concentrar ainda mais a terra. Não levava em consideração que o capital há muito resolvera, a seu favor, a contradição clássica com a propriedade fundiária, que não era mais empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas, trilhando, ao contrário, *o caminho da expansão da demanda pelos produtos industriais para a agricultura — fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas, tratores, etc. — não precisando então a indústria nacional ampliar o mercado interno de bens de consumo para poder-se desenvolver.* Ao contrário, o desenvolvimento do capital monopolista, objetivamente, "pedia" concentrar mais os meios de produção agrícolas, inclusive a terra, expandir o proletariado e unificar os exércitos de reserva urbano e rural — com o patrocínio do Estado.

A reforma agrária, apesar das poucas explicitações e da maneira vaga como era formulada, continha, basicamente, as linhas gerais de ação para uma ampla distribuição de terra aos camponeses pobres, acompanhada de ações de crédito rural, financiamento da produção, assistência técnica, etc. Na forma como era concebida, significava, do ponto de vista econômico, a via para eliminar os resquícios feudais, desenvolver as forças produtivas no campo e criar um mercado interno que desse sustentação à industrialização.

Do ponto de vista político, significava o caminho na luta contra os latifundiários aliados do imperialismo e inimigos dos camponeses, da classe operária, da burguesia nacional progressista e de algumas categorias da pequena burguesia urbana, como os estudantes e os intelectuais. A reforma agrária — tal qual a reforma bancária, a reforma urbana, a reforma da educação, etc. — fazia parte do conjunto de reformas levar a cabo na realização da *revolução democrático-burguesa*, considerada etapa essencial para o desenvolvimento do capitalismo nacional, e na caminhada rumo ao Socialismo.

Colocados os latifundiários, aliados do imperialismo, como fator impeditivo do desenvolvimento, a solução proposta para combatê-los consistia no parcela-

---

(24) BARRIGUELLI, J. C. op. cit., p. 127 - 143.

mento das terras. Era o meio visualizado para acabar com a propriedade agrária concentrada e desenvolver uma nova forma de propriedade privada agrária. Esta sim, capitalista, desconcentrada, parcelada e chamada, naquele momento, de camponesa. A assistência técnica e financeira do Estado permitiria a criação de um mercado interno e a expansão do capitalismo no campo. A implementação dessa proposta se daria, principalmente, através das transformações econômicas de uma "via" *farmer*, que deveria permitir à burguesia nacional ampliar-se e realizar o desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, desalojando o imperialismo do país, acabando com os resquícios feudais e extirpando a coerção extra-econômica, incompatível com o capitalismo. Enfim, todas as classes eram convocadas para alinhar-se na frente de luta contra o monopólio da terra pelos latifundiários, considerado um entrave ao desenvolvimento do capital. Este viria a se expandir, uma vez destruído o latifúndio retrógrado e desenvolvida a propriedade privada parcelária.

Taticamente, a proposta exigia a realização de alianças entre a classe operária, o campesinato e a burguesia, no sentido de estabelecer um capitalismo nacional. Exigia também que a classe operária lutasse por melhores termos de venda de sua força de trabalho, nos marcos das reformas (reforma de base, reforma bancária, reforma administrativa, reforma agrária, etc.). Enfim, dentro do que possibilitasse o avanço da burguesia nacional, considerada vacilante, mas entendida como essencial àquela etapa da revolução brasileira. Portanto, a reforma agrária materializava a aliança operário-camponesa, vista como imprescindível no somatório de força para realizar as transformações capitalistas no campo.

Esse projeto político se assentava na esperança de que a burguesia nacional, supostamente não monopolista, iria cumprir seu papel histórico, libertando-se da barreira da propriedade fundiária e expandindo a pequena burguesia enquanto classe. (Criar-se-ia assim, por um lado, o campesinato enquanto força econômica capaz de dar sustentação ao desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, aprofundar-se-ia a proletarianização dos camponeses pobres, que, libertos das sobrevivências feudais, seriam capazes de se aliar, no futuro, ao proletariado. *Nesses termos era um projeto político cujo caráter se igualava ao que propunha Lenin para a Rússia czarista.*

## CONCLUSÕES

Nos termos em que foi concebida a reforma agrária era um projeto político cujo caráter é similar ao projeto que Lenin propunha para a Rússia czarista. Precisando vencer a monarquia e os latifundiários feudais, Lenin assinalava:

"Em países como a Rússia, a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência do desenvolvimento do capitalismo. (...) A revolução burguesa é precisamente uma revolução que mais decididamente varre

os restos do passado, os restos do regime de servidão".<sup>25</sup>

Evidentemente, a luta pela terra, na Rússia de 1905, era o próprio *objeto* da luta política, uma vez que não se tratava de negar o capitalismo, mas sim de expressar as suas mais puras exigências.<sup>26</sup> Primeiro porque se tratava de construir a república democrático-burguesa como etapa transitória necessária rumo ao socialismo, derrubando a autocracia e o czarismo, atraindo o campesinato para o nível de consciência do proletariado e transformando-o em seu aliado, a fim de poder consumir a revolução democrático-burguesa. Depois, porque o caminho para construir a democracia, nas condições da Rússia, passava pela "unidade de vontade" do proletariado com o campesinato, que estava, baseada na confluência de interesse estabelecido entre as duas classes, convergindo para derrubar o governo czarista.

Já no caso do Brasil, a classe operária se defrontava com as contradições do capitalismo desenvolvido, embora, devido à sua natureza parasitária, aparentemente atrasado. Tratava-se, portanto, de derrotar o capital em sua forma imperialista para avançar em direção ao socialismo, e não de acabar o imperialismo para desenvolver o capital. Dividir a terra, fazendo dela o objeto da luta política, significava, por conseguinte, um retrocesso.

O importante desse processo todo é que, com a reforma agrária, a mais revolucionária das propostas burguesas para unir a luta do campo com a luta da cidade, o movimento operário andou até onde pode: esgotou o projeto político do Partido Comunista Brasileiro, levado às últimas conseqüências no Governo de Arraes (1962-1964). Ou seja, levou até onde pode a luta econômica do campo e da cidade, cobrando, a partir daí, uma nova perspectiva de unidade, que tende superar as contradições do capital.

Por outro lado, a prática tem demonstrado que a reforma agrária é uma espécie de "tabu" para a esquerda brasileira em geral, e, o que é mais grave, às vezes, até mesmo para os comunistas. Atrever-se a criticá-la, implica em desencadear apaixonadas discussões, nas quais seus defensores sustentam que ela teria representado a força vigorosa, animando o movimento operário e popular nos idos de 1955-1964. O argumento básico, defendido mesmo por aqueles que discordam e criticam a maneira como o PCB formulou e lutou pela reforma agrária, é que ela representou a principal bandeira política de mobilização no campo. Em suma, *ter-se-ia aplicado mal uma política essencialmente correta.*

---

(25) Lenine, V. I. "Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática", in: *Obras Escolhidas*, São Paulo. Alfa-Omega, 1979, p. 406

(26) Lenin, V. I. *Teoria de la Cuestion Agrária*. México, Cultura Popular, 1978. p. 233.

Exatamente argüindo essas mesmas razões ela é invocada, ainda hoje, no sentido de demonstrar sua necessidade no quadro político atual. Os argumentos apresentam-na revolucionária (os epítetos de "radical" e "na marra" são coisas do passado) pois, primeiro, atacaria aquilo que é mais caro ao capital, o caráter concentrado da propriedade fundiária, e, segundo, abalaria a própria concentração do capital, destruindo a concentração fundiária.

Entendemos que seja desnecessário determo-nos no fato de que a reforma agrária tem um sentido histórico preciso dentro da evolução de todas as sociedades capitalistas. Cabe sim, perguntar aos defensores da reforma agrária atual, o seguinte: o que ajuda à derrocada do capitalismo é a desconcentração de meios de produção ou é a luta pela superação das contradições sociais? Se a agricultura é esfera de acumulação tanto quanto a indústria, e se a concentração é o dado essencial, tanto num quanto noutro setor, a luta pela desconcentração da propriedade privada do meio de produção-terra não será uma *desconversa*? Tanto quanto seria a utopia pela divisão real das fábricas entre os operários? O contra-argumento de que os trabalhadores na agricultura não possuem o mesmo elevado nível de consciência política dos operários urbanos não parece justificção suficiente para içar bandeiras tão equivocadas, controvertidas e de duvidosos efeitos revolucionários.

*Além da reforma agrária escamotear o socialismo, uma vez que divide a sociedade em dois projetos distintos (campo e cidade), ela também é incapaz de favorecer a unidade da luta política de todos os segmentos da classe operária.* Chegamos a essa conclusão, ao longo da nossa pesquisa, após refletir os impasses que a proposta de reforma agrária levou para dentro do movimento operário na Zona da Mata de Pernambuco, em razão da divisão política e ideológica que provocou, caracterizada pela seguinte dicotomia: uma parte do operariado, o operariado agrícola, coloca em seu horizonte estratégico *o objetivo principal de se transformar em "camponeses"*, enquanto que a outra parte, o operariado das usinas, apoiava essa perspectiva por considerá-la correta para a *outra classe*, a classe "dos camponeses".

Dessa maneira, no caso concreto da Zona da Mata de Pernambuco, mesmo tendo representado uma bandeira política de grande envergadura e de forte respaldo popular, *a reforma agrária significou, principalmente, a divisão da classe operária naquilo que tem de mais essencial: a sua identidade basilar, de classe "em si"*. Isso sem falar nas conseqüências adversas no nível do projeto político do operariado e no nível da consciência de classe.